

13. PROCESSO RELATIVO AO RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL E SOCIAL LOCAL:

Do **Sr. Vereador do Património**, submetendo à consideração do Executivo processo relativo ao reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei nº 42/2017, nos termos da informação e relatório consulta pública, que se anexam.

Reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei nº42 /2017

À consideração do executivo o reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei nº42 /2017 de 44 estabelecimentos, pedido devidamente instruído com o relatório respeitante à consulta pública devidamente circunstanciado e apreciado.

Freguesia	Designação	Morada	Atividade	Ano Abertura
União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto	Frigideiras do Cantinho	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	Ourivesaria Confiança	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalharia Relojoaria	1840
	Café Vianna	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858
	Ótica Cerqueira Gomes	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
	Mercado S. João	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
	A Brasileira	Lg. Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
	Barbearia Vasconcelos	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
	Correaria Moderna	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correio	1914
	Torrefação Bracarense	Rua do Castelo, 13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930
	Chapelaria Machado	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
	Casa das Velas	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
	Casa das Flores	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
	Pastelaria Cabanelas	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875
	Ourivesaria Santos	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904
	Lusitana	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
	Barbearia Albino da Costa Pereira	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950
	Ferreira Capa	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
	Sapataria Amorim	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915

João António Mendes 1809.10

	Casa Pimenta	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957
	Flor do Vouga	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943
	Paramentaria Vasconcelos	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Art.Religiosos	1840
	Pereira das Violas	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
	Queijaria Central	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
	Farmácia Lima	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
	Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Electrodomésti cos	1975
	A Colonial	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
	Casa Faria	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
	Farmácia Brito	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 - Braga	Farmácia	1933
	Pires Joalheiro	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927

S. Vicente	Doçaria de S. Vicente	Rua Conselheiro Januário, 151 4700-373 Braga	Pastelaria	1829
	Tasquinha Dom Ferreira	Rua São Vicente, nº33/35 Braga	Restaurante	1951
	Restaurante Minisport	Rua do Carvalhal, nº38 R/C 4700-310 Braga	Restaurante	1966
	Funerária de S. Vicente	Rua de São Vicente, nº26/30 Braga	Funerária	1863

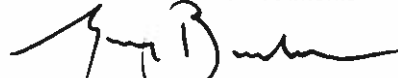
S. Victor	A Negrita	Av. Central, 177 4710-228 Braga	Cafés /Chás	1948
------------------	------------------	------------------------------------	-------------	------

Sé Cidade	Relojoaria Maurício Queiroz	Rua Frei Caetano Brandão, 4 4700-031 BRAGA	Relojoeiro	1903
	Casa das Sementes	Rua Frei Caetano Brandão, 29/31 4700-031 Braga	Sementes Plantas	1919
	Restaurante Cruz Sobral	Campo das Hortas, 8 4700-210 Braga	Restaurante	1926
	Restaurante Inácio	Campo das Hortas, 4 4700-210 Braga	Restaurante	1931
	Restaurante Bem-me-quer	Campo das Hortas, 5-6	Restaurante	1953
	Pharmacia Sousa Gomes	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 22-40	Farmácia	1905

		4700-031 Braga		
	Relojoaria/Ourivesaria Oliveira	Rua D. Diogo de Sousa, 13-15 4700-422 Braga	Ourivesaria	1926
	Macedo & Companhia	Rua Andrade Corvo, n.º 16-34 4700-204 Braga	Materiais Construção	1948
	Companhia Hortícola do Minho	Rua de S. Geraldo, 25 4700-041 Braga	Florista	1924
	Casa Silva	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 60-62 4700-031 Braga	Solas e Cabedais	1919

Braga, 9 de abril de 2018

O Vereador do Património



(Professor Doutor Miguel Bandeira)

LOJAS COM HISTÓRIA DE BRAGA

RELATÓRIO CONSULTA PÚBLICA



30 DE MARÇO DE 2018

1. PRAZOS DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública iniciou-se no dia 26 de fevereiro e prolongou-se por 20 dias úteis, ou seja, até ao dia 23 de março.

2. SESSÃO DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA

O Município de Braga promoveu no dia 26 de Fevereiro, na Associação Comercial de Braga (ACB), uma sessão pública de apresentação do projeto 'Lojas com História', que visa salvaguardar e dinamizar o comércio histórico e tradicional da Cidade.

A sessão marcou, igualmente, a abertura da consulta pública para efeitos de reconhecimento e proteção de 46 estabelecimentos comerciais e entidades de interesse histórico/cultural ou social. A iniciativa contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, e do vereador Miguel Bandeira, bem como de representantes de grande parte dos 46 estabelecimentos propostos para classificação.

Na sessão as apresentações ficaram a cargo da equipa de trabalho. O Coordenador, José Alberto Rio Fernandes, apresentou as linhas gerais do projeto, designadamente objetivos e estratégias futuras. Pedro Chamusca apresentou a metodologia, as grelhas de avaliação e fez o enquadramento legal do projeto. Isabel Caldeira fez uma breve apresentação dos 46 estabelecimentos propostos para classificação.

3. PARTICIPAÇÕES E SUA APRECIÇÃO

O processo de consulta pública permitiu participação alargada na sessão realizada na ACB e a receção de alguns contributos através de correio eletrónico. Na sua sequência a coordenação do projeto considera que:

- a) Se deve suspender o processo de classificação dos estabelecimentos "Confeitaria Santo António" e "Móveis S. Vítor", por não terem apresentado evidência do registo de CAE associado ao comércio a retalho, serviço de natureza pessoal ou outra atividade com cabimento na proposta de regulamento municipal;
- b) Manter a classificação do estabelecimento "Macedo & Companhia Lda.", apesar da intenção contrária manifestada pelos proprietários através de mensagem dirigida ao Vereador Miguel Bandeira, onde afirmam: "A empresa Macedo & Companhia, Lda, com sede na rua dos Biscaínhos, 10-18 e loja na R. Andrade Corvo, 16-34, agradece ter sido escolhida como Loja com História, que o é na realidade, visto ter sido criada em 1948, mas

- não está interessada em participar neste projecto da C.M.Braga". Lembramos que a distinção de lojas com história é uma competência da Câmara Municipal e que a mesma deve garantir a preservação, proteção e apoio de entidades históricas e do património comercial, pelo que a vontade do proprietário não se pode sobrepor ao interesse coletivo;
- c) Manter a classificação do "Restaurante Bem-me-Quer". António Alberto Simões Barbosa remeteu ao Presidente da Câmara Municipal de Braga um ofício em que declara obstar à classificação do referido estabelecimento, argumentando que: i) a lei/avaliação é um processo muito subjetivo; ii) que o estabelecimento é vulgar, não havendo nada que o torne único ou que o distinga no quadro da sua atividade. Cabe-nos sublinhar que existe uma grelha de avaliação rigorosa aprovada e que a mesma se aplica, de forma idêntica, a todos os estabelecimentos do município de Braga, e nesta em fase em particular aos 87 estabelecimentos visitados na ARU do Centro Histórico. Além disso, todas as pontuações foram revistas por diferentes elementos da equipa de trabalho, assegurando que há coerência entre todas as apreciações. Recomenda-se consulta da ficha de avaliação do estabelecimento em pormenor. Ainda assim, o facto de estar aberto há 65 anos (na mesma localização e na mesma família), de ter produção própria e uma identidade associada à cozinha regional conferem valor à atividade. O valor patrimonial do espaço também é interessante e a sua representação social foi reconhecida pelo Conselho Estratégico, através de inquérito individual.
- d) Avançar com visita/avaliação do estabelecimento "Sapatarias Starlet" na 2ª fase do projeto, considerando a candidatura apresentada pelos mesmos em mensagem dirigida ao Vereador Miguel Bandeira, onde afirmam: "Na sequência da reunião que tivemos com a arquiteta Fátima pereira. Vimos solicitar que sejamos considerados uma loja tradicional, uma vez que achamos reunidas condições para tal. Por conseguinte seríamos protegidos em relação à actualização das rendas"

4. PROPOSTA DE DECISÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

Em função do disposto nos pontos anteriores e no relatório final do projeto, entende a coordenação propor que se efetive a classificação de 44 estabelecimentos, designadamente:

- A Brasileira
- A Colonial
- A Negrita
- Barbearia Albino Costa Pereira
- Barbearia Vasconcelos
- Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos

- Café Vianna
- Casa das Flores
- Casa das Sementes
- Casa das Velas
- Casa Faria
- Casa Pimenta
- Casa Silva
- Chapelaria Machado
- Companhia Hortícola do Minho
- Correaria Moderna
- Doçaria de S. Vicente
- Farmácia Brito
- Farmácia Lima
- Ferreira Capa
- Flor do Vouga
- Frigideiras do Cantinho
- Funerária São Vicente
- Lusitana
- Macedo & Companhia
- Mercado S. João
- Ótica Cerqueira Gomes
- Ourivesaria Confiança
- Ourivesaria Santos
- Paramentaria Vasconcelos
- Pastelaria Cabanelas
- Pereira das Violas
- Pharmácia Sousa Gomes
- Pires Joalheiros
- Queijaria Central
- Relojoaria Maurício Queiroz
- Relojoaria/Ourivesaria Oliveira
- Restaurante Bem-me-quer
- Restaurante Cruz Sobral
- Restaurante Inácio

- Restaurante Minisport
- Sapataria Amorim
- Tasquinha Dom Ferreira
- Torrefação Bracarense

30 de Março de 2018

José Rio Fernandes

Pedro Chamusca

Com a devida - rubrica Timor. prologa

9/IV/2018

João B. Silva

EDITAL N.º ED/70/2018
Consulta pública para efeitos de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural, ou social local, ao abrigo da Lei n.º42/2017

DR. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, Presidente da Câmara Municipal de Braga: _____

FAZ SABER QUE, no exercício dos poderes que lhe foram delegados outorgados por deliberação de 23 de outubro do ano de 2017 e conforme deliberação de aprovação na reunião de executivo, de 19 de fevereiro de 2018, e ouvidas as juntas de freguesia em cuja circunscrição se localiza o estabelecimento ou a entidade a reconhecer, dá-se início ao período de consulta pública, pelo período de 20 dias, para efeitos de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural, ou social local, ao abrigo da Lei n.º42 /2017, de 46 lojas identificadas em tabela infra. _____

Freguesia	Designação	Morada	Atividade	Ano Abertura
União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto	Frigideiras do Cantinho	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	Confeitaria Santo António LUXA	Praça Conde de Agrolongo, 85 4700-312 BRAGA	Pastelaria	1828
	Ourivesaria Confiança	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalheria Relojoaria	1840
	Café Vianna	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858
	Ótica Cerqueira Gomes	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
	Mercado S. João	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
	A Brasileira	Largo Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
	Barbearia Vasconcelos	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
	Correaria Moderna	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correio	1914
	Torrefação Bracarense	Rua do Castelo,13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930
	Chapelaria Machado	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
	Casa das Velas	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
	Casa das Flores	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
	Pastelaria Cabanelas	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875



	Ourivesaria Santos	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904
	Lusitana	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
	Barbearia Albino da Costa Pereira	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950
	Ferreira Capa	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
	Sapataria Amorim	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915
	Casa Pimenta	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957
	Flor do Vouga	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943
	Paramentaria Vasconcelos	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Artigos Religiosos	1840
	Pereira das Violas	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
	Queijaria Central	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
	Farmácia Lima	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
	Braga Oliva - Confort Eletrodomésticos	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Eletrodomésticos	1975
	A Colonial	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
	Casa Faria	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
	Farmácia Brito	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 - Braga	Farmácia	1933
	Pires Joalheiro	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927

S. Vicente	Doçaria de S. Vicente	Rua Conselheiro Januário, 151 4700-373 Braga	Pastelaria	1829
	Tasquinha Dom Ferreira	Rua São Vicente, nº33/35 Braga	Restaurante	1951
	Restaurante Minisport	Rua do Carvalhal, nº38 R/C 4700-310 Braga	Restaurante	1966
	Funerária de S. Vicente	Rua de São Vicente, nº26/30 Braga	Funerária	1863

S. Victor	A Negrita	Av. Central, 177 4710-228 Braga	Cafés /Chás	1948
	Móveis S. Victor	Rua de São Vítor, n.º 144-146 4710-439	Mobiliário	1974

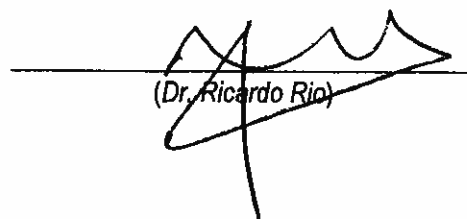
R

Sé Cidade	Relojoaria Maurício Queiroz	Rua Frei Caetano Brandão, 4 4700-031 BRAGA	Relojoeiro	1903
	Casa das Sementes	Rua Frei Caetano Brandão, 29/31 4700-031 Braga	Sementes Plantas	1919
	Restaurante Cruz Sobral	Campo das Hortas, 8 4700-210 Braga	Restaurante	1926
	Restaurante Inácio	Campo das Hortas, 4 4700-210 Braga	Restaurante	1931
	Restaurante Bem-me-quer	Campo das Hortas, 5-6	Restaurante	1953
	Pharmacia Sousa Gomes	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 22-40 4700-031 Braga	Farmácia	1905
	Relojoaria/Ourivesaria Oliveira	Rua D. Diogo de Sousa, 13-15 4700-422 Braga	Ourivesaria	1926
	Macedo & Companhia	Rua Andrade Corvo, n.º 16-34 4700-204 Braga	Materiais Construção	1948
	Companhia Hortícola do Minho	Rua de S. Geraldo, 25 4700-041 Braga	Florista	1924
	Casa Silva	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 60-62 4700-031 Braga	Solas e Cabedais	1919

Para constar se mandou passar o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e no portal do Município, em www.cm-braga.pt.

Braga e Paços do Município, 26 de fevereiro de 2018

O Presidente da Câmara



(Dr. Ricardo Rio)

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que afixei o presente Edital em 26 / 02 / 2018 DAC/LILIANA VEIGA

Meios de divulgação
externos:
Outro

Diário da
República

☐

Jornais

☐

Locais

☐

Regionais

☐

Nacionais

☐

s:

15. "LOJAS COM HISTÓRIA" - PROPOSTA DE ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA PARA EFEITOS DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL AO ABRIGO DA LEI Nº. 42/2017:

Do **Sr. Vereador do Património e Regeneração Urbana**, submetendo à consideração do Executivo proposta de 46 lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da lei Nº. 42/2017, que se anexa.

Declaro de aprovar proposta de abertura de Loja com História.



Regeneração Urbana
Património
Ligação à Universidade
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

C.M.-Reunião de 19/2/2018

Deliberação do Conselho Municipal de
Abertura de Consulta Pública

A reunião da
Executiva Municipal

14 Feb 2018

"Lojas com História"

Proposta de abertura de consulta pública para efeitos de Reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei nº42 /2017

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das atividades do Pelouro do Património, através do Programa "Lojas com História" reconhece a importância do comércio como um dos elementos distintivos e diferenciadores da cidade nas suas dimensões social, económica e cultural. Neste sentido, assume o compromisso de reconhecer, proteger e dinamizar ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos e entidades comerciais reconhecidos como de valor patrimonial e coletivo. A distinção é atribuída em função do apuramento do interesse cumulativo da atividade, com a existência e preservação de elementos patrimoniais materiais, culturais e históricos.

O comércio é uma atividade marcada pela competitividade e rápida mutação de hábitos e objetos de desejo, que decorre da alteração dos estilos de vida e da lógica do mercado, fraca regulação, restrita praticamente a questões fiscais, laborais e de horário de funcionamento.

Entre nós esta dinâmica foi particularmente intensa com a "revolução comercial" dos anos 80 e 90. Depois dessa mudança e após a crise dos últimos anos, pode-se verificar que são já relativamente raros os estabelecimentos antigos e mais ainda os estabelecimentos que conservam a atividade inicial, no lugar de origem. Entende-se que estas circunstâncias consignam um valor acrescido que vai para além da dimensão económica de uma empresa em si mesma. Reconhece-se o valor material associado à arquitetura e à decoração, bem como também um valor imaterial, de natureza simbólica, o qual é cada vez mais reconhecido e procurado, sobretudo quando se tratam de lojas marcantes na memória, na imagem e na cultura

da cidade. De facto, seja por causa do contexto económico desfavorável, seja pela capacidade acrescida do sector imobiliário, da hotelaria e do alojamento em querer promover realizações de investimento imediato, a verdade é que o desaparecimento dos estabelecimentos com valor patrimonial é cada vez mais visto como uma (des)economia a médio e longo prazo são cada vez mais as pessoas e instituições que reconhecem o património comercial como um valor colectivo para toda a cidade (junto de visitantes em geral e turistas em particular), assim como uma mais-valia social, para a cidade que é de todos.

Com este entendimento, a Lei n.º 42/2017 de 14 de junho, estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local. O diploma legal prevê o desenvolvimento de programas orientados para apoiar todos os estabelecimentos e outras entidades que desempenham (ou desempenharam) um papel importante na história da cidade, sendo-lhes atribuída uma grande notoriedade e reconhecimento. Enquadram-se neste programa todos os estabelecimentos comerciais com valor histórico reconhecido (lojas com história); as atividades de comércio ou prestação de serviço local, desde que situadas em pequenos estabelecimentos de rua (dito comércio tradicional); e ainda todos os estabelecimentos de comércio e restauração e ainda entidades associativas ou coletividades que constituam referências (pela sua atividade ou património) no contexto económico, cultural ou social local.

O reconhecimento dos estabelecimentos é da responsabilidade das câmaras municipais, podendo iniciar o procedimento legal de forma oficiosa, ou em resposta a requerimento do titular do estabelecimento ou da entidade, do órgão da freguesia respetiva ou de associação de defesa do património cultural, sempre em respeito por regulamento municipal em vigor.

A lei prevê um conjunto de benefícios e incentivos para os estabelecimentos e entidades a classificar, designadamente:

- ❖ Proteção prevista no regime jurídico do arrendamento urbano;
- ❖ Proteção prevista no regime jurídico das obras em prédios arrendados;
- ❖ Acesso a programas municipais ou nacionais de apoio aos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local;
- ❖ Benefícios ou isenções fiscais a conceder pelos municípios, nos termos da legislação em vigor;

❖ **Direito de preferência nas transmissões onerosas de imóveis.**

Para o efeito foi constituído o seguinte Grupo de Trabalho que conta ao nível de apoio externo com a coordenação do especialista em urbanismo comercial, Professor Doutor Rio Fernandes, e com Doutor Pedro Chamusca e Arq.^a Isabel Caldeira, e coordenado no município pelo Vereador do Património Professor Doutor Miguel Bandeira, Dr. Pedro Lopes e a Arq.^a Fátima Pereira. O Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga (CERPUB) assume a função de conselho consultivo para efeito deste programa e avaliação da notoriedade das lojas a classificar.

Para efeitos do reconhecimento em causa são ponderados, nos termos do art.º 4 da Lei 42/2017, **os critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:**

- a) **A atividade;**
- b) **O património material;**
- c) **O património imaterial.**

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

- a) **A longevidade reconhecida**, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;
- b) **O significado para a história local**, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;
- c) **O seu objeto identitário**, assente na manutenção de uma **função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria**, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- d) **O facto de serem únicos no quadro das atividades prosseguidas**, em função do seu uso original, de serem os **últimos do seu ramo de negócio ou atividade**, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:

i) Arquitetura;

ii) Elementos decorativos e mobiliário;

iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;

b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) A sua **existência como referência local**, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;

b) A **necessidade de salvaguarda do património imaterial, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível**;

c) A **necessidade de divulgação, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público**.

Nesse sentido, remete-se nos termos do nº1 do art.º 6 da Lei 42/2017 de 14 de junho, uma lista de 46 lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local, de acordo com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho e da discussão, da avaliação do Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga, e ouvida a junta de freguesia em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou a entidade a reconhecer. A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

**Proposta de 46 lojas para abertura de consulta pública para efeitos de
Reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e
cultural ou social local ao abrigo da Lei nº42 /2017**

Freguesia	Designação	Morada	Atividade	Ano Abertura
União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto	Frigideiras do Cantinho	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	Confeitaria Santo António LUXA	Pç. Conde de Agrolongo, 85 4700-312 BRAGA	Pastelaria	1828
	Ourivesaria Confiança	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalharia Relojoaria	1840
	Café Vianna	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858
	Ótica Cerqueira Gomes	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
	Mercado S. João	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
	A Brasileira	Lg. Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
	Barbearia Vasconcelos	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
	Correaria Moderna	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correio	1914
	Torrefação Bracarense	Rua do Castelo, 13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930
	Chapelaria Machado	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
	Casa das Velas	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
	Casa das Flores	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
	Pastelaria Cabanelas	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875
	Ourivesaria Santos	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904
	Lusitana	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
	Barbearia Albino da Costa Pereira	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950
	Ferreira Capa	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
	Sapataria Amorim	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915
	Casa Pimenta	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957

	Flor do Vouga	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943
	Paramentaria Vasconcelos	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Art. Religiosos	1840
	Pereira das Violas	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
	Queijaria Central	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
	Farmácia Lima	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
	Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Electrodomésticos	1975
	A Colonial	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
	Casa Faria	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
	Farmácia Brito	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 - Braga	Farmácia	1933
	Pires Joalheiro	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927

S. Vicente	Doçaria de S. Vicente	Rua Conselheiro Januário, 151 4700-373 Braga	Pastelaria	1829
	Tasquinha Dom Ferreira	Rua São Vicente, nº33/35 Braga	Restaurante	1951
	Restaurante Minisport	Rua do Carvalhal, nº38 R/C 4700-310 Braga	Restaurante	1966
	Funerária de S. Vicente	Rua de São Vicente, nº26/30 Braga	Funerária	1863

S. Victor	A Negrita	Av. Central, 177 4710-228 Braga	Cafés /Chás	1948
	Móveis S. Victor	Rua de São Vítor, n.º 144-146 4710-439	Mobiliário	1974

Sé Cidade	Relojoaria Maurício Queiroz	Rua Frei Caetano Brandão, 4 4700-031 BRAGA	Relojoeiro	1903
	Casa das Sementes	Rua Frei Caetano Brandão, 29/31 4700-031 Braga	Sementes Plantas	1919
	Restaurante Cruz Sobral	Campo das Hortas, 8 4700-210 Braga	Restaurante	1926
	Restaurante Inácio	Campo das Hortas, 4 4700-210 Braga	Restaurante	1931
	Restaurante Bem-me-quer	Campo das Hortas, 5-6	Restaurante	1953
	Pharmacia Sousa Gomes	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 22-40 4700-031 Braga	Farmácia	1905

Relojoaria/Ourivesaria Oliveira	Rua D. Diogo de Sousa, 13-15 4700-422 Braga	Ourivesaria	1926
Macedo & Companhia	Rua Andrade Corvo, n.º 16-34 4700-204 Braga	Materiais Construção	1948
Companhia Hortícola do Minho	Rua de S. Geraldo, 25 4700-041 Braga	Florista	1924
Casa Silva	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 60-62 4700-031 Braga	Solas e Cabedais	1919

Em caso de decisão de distinção os estabelecimentos: a Confeitaria Santo António e os Móveis S. Victor devem ficar condicionados à apresentação de certidão permanente ou declaração de início de atividade em que se comprove a existência de CAE secundário elegível no âmbito da Lei 42/2017.

12 de janeiro de 2018

Pelo Vereador do Património e da Regeneração Urbana



(Miguel Sopas de Melo Bandeira)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 42/2017

de 14 de junho

Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local (terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados).

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.

Artigo 2.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) «Lojas com história», os estabelecimentos comerciais com especial valor histórico cuja preservação deva ser acautelada;
- b) «Comércio tradicional», a atividade de comércio local realizada em pequenos estabelecimentos situados fora de grandes superfícies comerciais, especializado na venda de um produto ou na prestação de um serviço, com exceção das atividades não sedentárias, designadamente em bancas ou feiras;
- c) «Estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social local», as lojas com história ou os estabelecimentos de comércio tradicional, restauração ou bebidas, abertos ao público, que, pela sua atividade e património material ou imaterial, constituam uma referência viva na atividade económica, cultural ou social local;
- d) «Entidades de interesse histórico e cultural ou social local», as entidades com ou sem fins lucrativos, nomeadamente coletividades de cultura, recreio e desporto ou associações culturais, que pela sua atividade e património material ou imaterial constituam uma relevante referência cultural ou social a nível local.

Artigo 3.º

Proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local

1 — Compete aos municípios, nomeadamente no âmbito das suas competências em matéria de gestão urbanística e preservação do património, proteger e salvaguardar os estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, designadamente:

a) Proceder ao inventário e reconhecimento dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, nos termos da presente lei;

b) Comunicar ao Estado a identificação dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local reconhecidos ao abrigo da presente lei;

c) Aprovar regulamentos municipais de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, nos termos da presente lei;

d) Inscrever nos instrumentos de gestão territorial, tais como planos diretores municipais, planos de urbanização e planos de pormenor, medidas adequadas de proteção e salvaguarda dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, nomeadamente no sentido de estabelecer condicionantes às operações urbanísticas a realizar em imóveis nos quais se encontrem localizados os referidos estabelecimentos ou entidades;

e) Criar programas de apoio aos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local;

f) Incentivar, através das políticas urbanística, patrimonial e fiscal municipais, a proteção e salvaguarda dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local.

2 — Compete ao Estado, nomeadamente através dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do comércio, do urbanismo e da cultura:

a) Assegurar anualmente a existência de programas nacionais de apoio e incentivo à proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social, em articulação com as autarquias locais, integrados ou não em programas mais abrangentes de apoio ao comércio tradicional, e assentes em procedimentos de seleção de beneficiários que garantam o acesso em condições de igualdade e que não distorçam o normal funcionamento dos setores económicos, com especial enfoque na fiscalidade e nos fundos comunitários;

b) Criar e assegurar a atualização de um inventário nacional dos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local reconhecidos ao abrigo da presente lei.

Artigo 4.º

Critérios para o reconhecimento do interesse histórico e cultural ou social local

1 — São critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:

- a) A atividade;
- b) O património material;
- c) O património imaterial.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

a) A longevidade reconhecida, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;

b) O significado para a história local, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;

c) O seu objeto identitário, assente na manutenção de uma função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;

d) O facto de serem únicos no quadro das atividades prosseguidas, em função do seu uso original, de serem os últimos do seu ramo de negócio ou atividade, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

3 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:

- i) Arquitetura;
- ii) Elementos decorativos e mobiliário;
- iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;

b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

4 — Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) A sua existência como referência local, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;

b) A necessidade de salvaguarda do património imaterial, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível;

c) A necessidade de divulgação, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público.

Artigo 5.º

Regulamentos municipais de reconhecimento

Os municípios podem, através de regulamento municipal a aprovar pela assembleia municipal, por proposta da câmara municipal após emissão de parecer da Direção-Geral do Património Cultural, a emitir no prazo máximo de 60 dias:

a) Densificar os critérios gerais para o reconhecimento de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local;

b) Definir critérios especiais que tenham em conta as especificidades locais e as medidas de proteção a adotar pelo município;

c) Definir critérios de ponderação dos vários elementos em presença distintos dos referidos no n.º 4 do artigo seguinte, nomeadamente através do estabelecimento de critérios mínimos para o reconhecimento ou a majoração de critérios que considerem mais relevantes para a realidade local do município.

Artigo 6.º

Procedimento de reconhecimento

1 — O reconhecimento de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local é da com-

petência da câmara municipal, ouvida a junta de freguesia em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou entidade a reconhecer.

2 — O procedimento de reconhecimento inicia-se oficialmente ou mediante requerimento:

a) Do titular do estabelecimento ou da entidade a reconhecer como dotada de interesse histórico e cultural ou social local;

b) De órgão da freguesia respetiva;

c) De associação de defesa do património cultural.

3 — A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

4 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são deferidos os pedidos de reconhecimento como estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local que preencham, cumulativamente:

a) O elemento referido na alínea a) e pelo menos um dos elementos de entre os referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 4.º, relativos à atividade;

b) Pelo menos um elemento de entre os referidos no n.º 3 do artigo 4.º, relativo ao património material, ou de entre os referidos no n.º 4 do artigo 4.º, relativo ao património imaterial.

5 — O reconhecimento é válido pelo período mínimo de quatro anos, automaticamente renovável, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

6 — A câmara municipal pode revogar a decisão de reconhecimento aos estabelecimentos e entidades que sejam objeto de alterações que prejudiquem a manutenção dos pressupostos de reconhecimento.

7 — Sem prejuízo da obrigação de manutenção dos pressupostos exigidos para o reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local, nos termos da presente lei, podem ser desenvolvidas, diretamente ou através de terceiros, atividades complementares que contribuam para a viabilização e manutenção da sua atividade no imóvel que faz parte da sua história.

Artigo 7.º

Medidas de proteção

1 — Os estabelecimentos ou entidades de interesse histórico e cultural ou social local beneficiam, nomeadamente, das seguintes medidas de proteção:

a) Proteção prevista no regime jurídico do arrendamento urbano;

b) Proteção prevista no regime jurídico das obras em prédios arrendados;

c) Acesso a programas municipais ou nacionais de apoio aos estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local.

2 — Os proprietários de imóvel em que esteja situado estabelecimento ou entidade reconhecidos como de interesse histórico e cultural ou social local podem aceder a benefícios ou isenções fiscais a conceder pelos municípios, nos termos da legislação em vigor.

3 — Os arrendatários de imóvel em que esteja situado estabelecimento ou entidade reconhecidos como de interesse histórico e cultural ou social local gozam de direito de preferência nas transmissões onerosas de imóveis, ou

partes de imóveis, nos quais se encontrem instalados, nos termos da legislação em vigor.

4 — Recebida a comunicação do projeto de venda e das cláusulas do respetivo contrato, deve o titular exercer o seu direito de preferência dentro do prazo de 30 dias, sob pena de caducidade, salvo se o obrigado lhe conceder prazo mais longo.

5 — Os municípios gozam de direito de preferência nas transmissões onerosas de imóveis, ou partes de imóveis, nos quais se encontrem instalados estabelecimento ou entidade reconhecidos como de interesse histórico e cultural ou social local, nos termos da legislação em vigor.

6 — É permitida a cessão da posição contratual do arrendatário para uso não habitacional de imóvel em que esteja instalada entidade sem fins lucrativos, reconhecida nos termos da presente lei, para o município da área em que aquele se situe, sem dependência de autorização do senhorio.

7 — Os arrendatários de imóvel em que esteja situado estabelecimento ou entidade reconhecidos como de interesse histórico e cultural ou social local podem realizar as obras de conservação indispensáveis à conservação e salvaguarda do locado, do estabelecimento ou da entidade quando, após ter sido interpelado para o fazer, o senhorio não as desencadeie em tempo razoável.

Artigo 8.º

Procedimento administrativo

Aos procedimentos administrativos para efeitos de reconhecimento e proteção de entidades com interesse histórico e cultural ou social local é aplicável o Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 9.º

Alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro

O artigo 51.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o NRAU, alterada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, e pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 51.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- a)
- b)
- c)
- d) Que existe no locado um estabelecimento ou uma entidade de interesse histórico e cultural ou social local reconhecidos pelo município, nos termos do respetivo regime jurídico.

- 5 —
- 6 —
- 7 —»

Artigo 10.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto

Os artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados, alterado pelo Decreto-Lei n.º 306/2009, de 23 de outubro, pela Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto, e pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 — O regime previsto no presente artigo não é aplicável nos casos em que um estabelecimento ou uma entidade situados no locado tenham sido reconhecidos pelo município como de interesse histórico e cultural ou social local, nos termos do respetivo regime jurídico, casos em que o estabelecimento ou entidade se mantém no locado.

8 — Em caso de remodelação ou restauro profundos de imóvel em que esteja situado estabelecimento ou entidade reconhecidos como de interesse histórico e cultural ou social local, cabe aos municípios salvaguardar a manutenção da atividade e património material existentes no locado, designadamente impondo para o efeito as condicionantes necessárias, no âmbito da respetiva competência de controlo prévio urbanístico e demais competências em matéria urbanística.

Artigo 7.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — À denúncia para demolição de imóveis onde se encontrem instalados estabelecimentos ou entidades de interesse histórico e cultural ou social local é aplicável o disposto nos números anteriores e no artigo seguinte.»

Artigo 11.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto

É aditado ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados, alterado pelo Decreto-Lei n.º 306/2009, de 23 de outubro, pela Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto, e pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, o artigo 7.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 7.º-A

Denúncia para demolição em caso de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local

- 1 — Caso um estabelecimento ou uma entidade situados no locado tenham sido reconhecidos pelo município como de interesse histórico e cultural ou social

local, estando verificado um dos pressupostos previstos no n.º 1 do artigo anterior, a demolição do imóvel em causa só pode ser permitida pelos órgãos municipais competentes:

a) Nos casos de situação de ruína ou de verificação em concreto da primazia de um bem jurídico superior ao que está presente na tutela dos bens em causa, desde que, em qualquer dos casos, se não mostre viável nem razoável, por qualquer outra forma, a salvaguarda ou o deslocamento do estabelecimento; e

b) Quando a situação de ruína não seja causada pelo incumprimento do dever de conservação exigível ao proprietário.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de decretamento das medidas adequadas à manutenção de todos os elementos que se possam salvar, autorizando-se apenas as demolições estritamente necessárias.

3 — Quando a situação de ruína seja causada pelo incumprimento do dever de conservação, consagrado no artigo 89.º do regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, ou do dever de reabilitação de edifícios, consagrado no artigo 6.º do regime jurídico da reabilitação urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, o valor da indemnização previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º é duplicado.

4 — Caso a situação de ruína resulte de ação ou omissão culposa por parte do proprietário, o valor da indemnização é de dez anos de renda, determinada de acordo com os critérios previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU).»

Artigo 12.º

Regiões autónomas

A aplicação da presente lei às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira faz-se sem prejuízo das atribuições próprias e do exercício das competências de organismos da administração central pelos organismos competentes das respetivas administrações regionais.

Artigo 13.º

Disposições transitórias

1 — Os municípios que tenham procedido ao reconhecimento de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local devem proceder à confirmação do mesmo ao abrigo dos critérios previstos no artigo 4.º da presente lei no prazo de 60 dias seguidos após a entrada em vigor da mesma, sem prejuízo da consulta pública prevista no n.º 3 do artigo 6.º

2 — Sem prejuízo do procedimento previsto na secção III do capítulo II do título II da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o NRAU, os arrendatários de imóveis que se encontrem na circunstância prevista na alínea d) do n.º 4 do artigo 51.º da referida lei, na redação dada pela presente lei, não podem ser submetidos ao NRAU pelo prazo de cinco anos a contar da entrada em vigor da presente lei, salvo acordo entre as partes.

3 — Em relação aos imóveis que se encontrem na circunstância prevista na alínea d) do n.º 4 do artigo 51.º da

Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o NRAU, na redação dada pela presente lei, e cujos arrendamentos tenham transitado para o NRAU nos termos da lei então aplicável, não podem os senhorios opor-se à renovação do novo contrato celebrado à luz do NRAU, por um período adicional de cinco anos.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no décimo dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 7 de abril de 2017.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Ferro Rodrigues*.

Promulgada em 6 de junho de 2017.

Publique-se.

O Presidente da República, *MARCELO REBELO DE SOUSA*.

Referendada em 8 de junho de 2017.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Lei n.º 43/2017

de 14 de junho

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, procede à quarta alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro

Os artigos 9.º, 10.º, 12.º, 35.º, 36.º e 54.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), alterada pelas Leis n.ºs 31/2012, de 14 de agosto, 79/2014, de 19 de dezembro, e 42/2017, de 14 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 9.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —
- 7 —

a) ;

b) Contacto pessoal de advogado, solicitador ou agente de execução, comprovadamente mandatado para o efeito, sendo feita na pessoa do notificando, com entrega de duplicado da comunicação e cópia dos documentos que a acompanhem, devendo o notificando assinar o original;

c)



Regeneração Urbana
Património
Ligação à Universidade
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

“Lojas com História”

Reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei nº42 /2017

1I METODOLOGIA E LINHAS GERAIS DO PROGRAMA

A Câmara Municipal de Braga, ciente da importância do comércio nas suas dimensões social, económica e ambiental, levará a cabo ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos que venham a ser reconhecidos como de valor coletivo.

Para apoio ao levantamento e proposta de medidas de urbanismo comercial, contratou duas empresas com experiência neste domínio – GLOBSLOT e Isabel Caldeira (Arq.^a) –, sendo que a primeira associa na coordenação a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e um especialista no domínio do comércio urbano (José Alberto Rio Fernandes).

Numa primeira fase, pretende-se:

1. Selecionar atividades elegíveis, considerando o disposto na lei e os códigos de atividade económica (CAE) com enquadramento e interesse municipal de classificação;
2. Aprovar ficha e procedimentos de levantamento e classificação;
3. Identificar estabelecimentos a levantar em primeira fase, realizando visita para divulgação do projeto e recolha de informação
4. Análise da informação, aplicação dos critérios legais e proposta de estabelecimentos a classificar como “Lojas com História”

Posteriormente, terá lugar uma fase de abertura a candidaturas a todos os estabelecimentos do concelho que se desejem candidatar.

2I ATIVIDADES ELEGÍVEIS

A Lei 42/2017 estabelece o “regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local”, definindo de forma objetiva que:

- a) «Estabelecimentos de interesse histórico e cultural ou social local» são todas as lojas com história ou os estabelecimentos de comércio tradicional, restauração ou bebidas, abertos ao público, que, pela sua atividade e património material ou imaterial, constituam uma referência viva na atividade económica, cultural ou social local;
- b) «Entidades de interesse histórico e cultural ou social local» são todas as entidades com ou sem fins lucrativos, nomeadamente coletividades de cultura, recreio e desporto ou associações culturais, que pela sua atividade e património material ou imaterial constituam uma relevante referência cultural ou social a nível local;
- c) «Lojas com história» são todos os estabelecimentos comerciais com especial valor histórico cuja preservação deva ser acautelada;
- d) «Comércio tradicional» designa a atividade de comércio local realizada em pequenos estabelecimentos situados fora de grandes superfícies comerciais, especializado na venda de um produto ou na prestação de um serviço, com exceção das atividades não sedentárias, designadamente em bancas ou feiras.

3I 1ª FASE – ESTABELECIMENTOS E METODOLOGIA

A primeira fase do projeto Lojas com História de Braga incidiu territorialmente na ARU do Centro Histórico de Braga, considerando os seus limites geográficos como condição obrigatória para distinção. No total foram visitados 87 estabelecimentos, selecionados com base na memória (estabelecimentos que se identificaram como potencialmente classificáveis) e num trabalho de reconhecimento de terreno, com avaliação sumária de atividade e valor patrimonial.

4I APLICAÇÃO DA LEI 42/2017 E CUMPRIMENTO MÍNIMO DE TRÊS CRITÉRIOS

A Lei 42/2017 estabelece que “são deferidos os pedidos de reconhecimento como estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local que preencham, cumulativamente:

- a) O elemento referido na alínea a) e pelo menos um dos elementos de entre os referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 4.º, relativos à atividade;

b) Pelo menos um elemento de entre os referidos no n.º 3 do artigo 4.º, relativo ao património material, ou de entre os referidos no n.º 4 do artigo 4.º, relativo ao património imaterial.”

A verificação destes pressupostos é efetuada através de uma correspondência com a ficha de avaliação, de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

Pressupostos para classificação de acordo com a Lei 42/2017		Forma de verificação
a) O elemento referido na alínea a) e pelo menos um dos elementos de entre os referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 4.º, relativos à atividade;	2a) A longevidade reconhecida, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;	1.1. ou 1.2. com pontuação de 1 ou superior
	2b) O significado para a história local, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;	Somatório de 1.1. e 1.2. com pontuação de 6 ou superior (significado pela continuidade familiar e no local); ou Somatório de 1.1. e 1.4. com pontuação de 6 ou superior (significado pela continuidade e produtos); ou Somatório de 1.1. e 2.4. com pontuação de 6 ou superior (significado pela continuidade e representação social); ou Somatório de 1.1., 1.2., 1.3. e 1.4. com 8 ou mais pontos (significado pela atividade como um todo)
	2c) O seu objeto identitário, assente na manutenção de uma função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;	Associações (não considerar este no comércio)
	2d) O facto de serem únicos no quadro das atividades prosseguidas, em função do seu uso original, de serem os últimos do seu ramo de negócio ou atividade, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.	Somatório de 1.3. e 1.4. com pontuação de 6 ou superior (produção + produtos identitários); ou 1.4. igual ou superior a 4 (registos de marca associada a produtos)
b) Pelo menos um elemento de entre os referidos no n.º 3 do artigo 4.º, relativo ao património	3a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente: i) Arquitetura; ii) Elementos decorativos e mobiliário; iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;	2.1. com pontuação de 3 ou superior (arquitetura interior); ou 2.2. com pontuação de 3 ou superior (arquitetura exterior)

material, ou de entre os referidos no n.º 4 do artigo 4.º, relativo ao património imaterial.	3b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.	2.3. com pontuação de 3 ou superior (espólio)
	4a) A sua existência como referência local, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;	2.4. com pontuação de 3 ou superior (representação social)
	4b) A necessidade de salvaguarda do património imaterial, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível;	2.3. com pontuação de 1 (apenas elementos imateriais e se a pontuação resulta das más condições)
	4c) A necessidade de divulgação, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público.	2.3. com pontuação de 4 (apenas elementos imateriais. O 4 identifica a existência de elementos que não se encontram expostos)

| FICHA DE LEVANTAMENTO – COMÉRCIO E SERVIÇOS

PARÂMETRO 1 – ESTABELECIMENTO/ATIVIDADE

1.1. Longevidade Reconhecida

Descrição: Anos de existência do estabelecimento, desde o ano de abertura na localização atual, independentemente desta ter permanecido na mesma família, incluindo empregados, ou ter sido adquirida por novos titulares de exploração.

Meios de Verificação: Almanques e outros anuários, faturas, jornais da época, certidão de início de atividade ou outras provas de natureza documental.

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Anos	Pontuação
0 - 24 anos	0 valores
25 - 39 anos	1 valor
40 - 59 anos	2 valores
60 - 79 anos	3 valores
80 - 99 anos	4 valores
igual ou mais de 100	5 valores

1.2. Continuidade na família/empregados

Descrição: Continuidade geracional da loja/empresa na família ou empregados, independentemente da localização geográfica.

Meios de Verificação: Testemunho do proprietário + almanaque e outros anuários, faturas, jornais da época, certidão de início de atividade ou outras provas de natureza documental

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Anos	Pontuação
0 - 24 anos	0 valores
25 - 39 anos	1 valor
40 - 59 anos	2 valores
60 - 79 anos	3 valores
80 - 99 anos	4 valores
igual ou mais de 100	5 valores

1.3. Produção

Descrição: Origem dos produtos comercializados (local onde são manufaturados), valorizando-se a existência de espaços de oficina/manufatura associados ao funcionamento comercial na proximidade e visitáveis. Todavia, entende-se como produção própria todos os casos em que as lojas integrem ou

mantenham oficina/manufatura própria associada ao funcionamento comercial, quer nas instalações, em local contíguo, no concelho de Braga e concelhos limítrofes.

Meios de Verificação: Observação no local, fontes documentais variadas (bibliografia, fotografias, faturas, ...)

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Pontuação	Descrição
0	Apenas produtos estrangeiros/Sem produção própria
1	Produtos estrangeiros e nacionais/Sem produção própria
2	Produção nacional em exclusivo ou dominante
3	Produção própria, mas pouco relevante
4	Produção própria relevante
5	Apenas produção própria

1.4. Marca e produtos identitários

Descrição: Marcas próprias (aplicadas a um produto ou serviço, com registo legal) e produtos identitários. Entende-se como produto identitário todos produtos que, pela sua unicidade, originalidade e qualidade, tenham contribuído de forma diferenciadora para a identidade própria e continuidade da atividade, bem como para a história comercial do concelho. Considera-se marca própria, a utilização prática de uma denominação aplicada a um produto ou serviço, preferencialmente com registo legal.

Meios de Verificação: Observação no local e fontes documentais (bibliografia, fotografias, faturas, registos de patente, ...)

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Pontuação	Descrição
0	Sem marca ou produtos identitários
1	Tem produtos identitários, mas pouco relevantes no conjunto dos produtos
2	Marca registada, mas sem especialização ou produtos identitários
3	Tem vários produtos identitários ou apenas um muito significativo, mas não há registo de marca ou patentes
4	Tem marca registada forte ou patente e produto
5	Com registo de marca e patente

PARÂMETRO 2 - PATRIMÓNIO

2.1. Arquitetura e imagem interior

Descrição: Qualidade e integridade dos elementos interiores (mobiliário, decoração, arquitetura, ...)

Meios de Verificação: Observação no local, fontes documentais variadas (bibliografia, fotografias, projetos, faturas, elementos multimédia, notícias de jornal...)

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Pontuação	Descrição
0	Não tem qualidade nem conserva elementos originais
1	Boa qualidade, mas sem preservação, pelo menos relevante
2	Preserva alguns elementos, mas a qualidade global má ou razoável
3	Boa qualidade de alguns elementos antigos, ou muitos elementos antigos mas sem qualidade relevante, ou existência de algumas obras de arte de razoável qualidade
4	Mantém a integridade de parte significativa dos elementos originais e a qualidade é boa; obras de arte de grande qualidade
5	Apresenta uma qualidade excecional e mantém a integridade total ou de parte significativa dos seus elementos originais; obras de arte de qualidade excecional

2.2. Arquitetura e imagem exterior

Descrição: Qualidade e integridade dos elementos exteriores (fachada, montra, letreiros, ...)

Meios de Verificação: Observação no local, fontes documentais variadas (bibliografia, fotografias, projetos, faturas, elementos multimédia, notícias de jornal...)

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Pontuação	Descrição
0	Não tem qualidade nem conserva elementos originais
1	Boa qualidade, mas sem preservação, pelo menos relevante
2	Preserva alguns elementos, mas a qualidade global má ou razoável
3	Boa qualidade de alguns elementos antigos, ou muitos elementos antigos mas sem qualidade relevante
4	Mantém a integridade de parte significativa dos elementos originais e a qualidade é boa
5	Apresenta uma qualidade excecional e mantém a integridade total ou de parte significativa dos seus elementos originais

2.3. Espólio

Descrição: Utensílios, matérias-primas e/ou documentos, considerada a sua quantidade, raridade, antiguidade, salvaguarda e divulgação. Considera-se espólio patrimonial e/ou acervo documental do estabelecimento a existência comprovada de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade específica do mesmo, estejam estes em utilização ou não. Por salvaguarda e divulgação entendem-se todas as ações reconhecidas para a proteção e difusão do património material, designadamente ações de manutenção, restauro, arquivo ou armazenamento adequado à sua preservação, bem como iniciativas que pretendam potenciar a interpretação e fruição informada de elementos associados à atividade e/ou estabelecimento.

Meios de Verificação: Observação no local, fontes documentais variadas (bibliografia, fotografias, projetos, faturas, elementos multimédia, notícias de jornal...)

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Pontuação	Descrição
0	Não tem espólio
1	Tem espólio, mas pouco significativo e/ou em más condições
2	Tem poucos elementos/elementos com pouco valor, salvaguardados e/ou expostos
3	Tem vários elementos, de valor diferenciado, devidamente salvaguardados e/ou expostos
4	Espólio de grande qualidade/diversidade, devidamente salvaguardado, mas não exposto
5	Espólio de grande qualidade/diversidade, salvaguardado e exposto

2.4. Representação social

Descrição: Reconhecimento, notoriedade e significado da empresa/estabelecimento para a história, arte e cultura da cidade

Meios de Verificação: Apreciação pelo Conselho Estratégico de Braga [quando não for possível deve ser considerado o testemunho do proprietário + notícias de jornal, guias turísticos, blogs e sites, publicidade, livros e outros documentos (incluindo fotografias) que façam prova documental]

Apresentação de evidências/Observações: Descrição dos elementos que apoiam a comprovação/valoração deste critério.

Pontuação:

Pontuação	Descrição
0	Estabelecimento e atividade praticamente desconhecidos
1	Estabelecimento e/ou atividade pouco conhecido
2	Estabelecimento e atividade conhecidos só por alguns, apesar de poder ter alguma importância na história da atividade e/ou ser referido nalgumas publicações
3	Estabelecimento e atividade bem conhecidos da maioria (com referência em publicações), ou com notável importância na história da atividade, ou com associação a episódios da história da cidade
4	Estabelecimento e atividade com grande reconhecimento e notoriedade
5	É considerado como um dos símbolos da cidade

Freguesia	Designação	Morada	Atividade	Ano Abertura
	Frigideiras do Cantinho	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	Confeitaria Santo António LUXA	Pç. Conde de Agrolongo, 85 4700-312 BRAGA	Pastelaria	1828
	Ourivesaria Confiança	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalharia Relojoaria	1840
	Café Vianna	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858
	Ótica Cerqueira Gomes	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
	Mercado S. João	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
	A Brasileira	Lg. Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
	Barbearia Vasconcelos	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
	Correaria Moderna	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correio	1914
	Torrefação Bracarense	Rua do Castelo, 13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930
	Chapelaria Machado	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
	Casa das Velas	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
	Casa das Flores	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
	Pastelaria Cabanelas	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875
	Ourivesaria Santos	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904?
	Lusitana	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
	Barbearia Albino da Costa Pereira	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950
	Ferreira Capa	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
	Sapataria Amorim	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915
	Casa Pimenta	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957
	Flor do Vouga	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943

	Paramentaria Vasconcelos	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Art.Religiosos	1840
	Pereira das Violas	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
	Queijaria Central	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
	Farmácia Lima	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
	Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Electrodomésti cos	1975
	A Colonial	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
	Casa Faria	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
	Farmácia Brito	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 - Braga	Farmácia	1933
	Pires Joalheiro	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927

S. Vicente	Doçaria de S. Vicente	Rua Conselheiro Januário, 151 4700-373 Braga	Pastelaria	1829
	Tasquinha Dom Ferreira	Rua São Vicente, nº33/35 Braga	Restaurante	1951
	Restaurante Minisport	Rua do Carvalho, nº38 R/C 4700-310 Braga	Restaurante	1966
	Funerária de S. Vicente	Rua de São Vicente, nº26/30 Braga	Funerária	1863

S. Victor	A Negrita	Av. Central, 177 4710-228 Braga	Cafés /Chás	1948
	Móveis S. Victor	Rua de São Vítor, n.º 144-146 4710-439	Mobiliário	1974

Sé Cidade	Relojoaria Maurício Queiroz	Rua Frei Caetano Brandão, 4 4700-031 BRAGA	Relojoeiro	1903
	Casa das Sementes	Rua Frei Caetano Brandão, 29/31 4700-031 Braga	Sementes Plantas	1919
	Restaurante Cruz Sobral	Campo das Hortas, 8 4700-210 Braga	Restaurante	1926
	Restaurante Inácio	Campo das Hortas, 4 4700-210 Braga	Restaurante	1931
	Restaurante Bem-me-quer	Campo das Hortas, 5-6	Restaurante	1953

	Pharmacia Sousa Gomes	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 22-40 4700-031 Braga	Farmácia	1905
	Relojoaria/Ourivesaria Oliveira	Rua D. Diogo de Sousa, 13-15 4700-422 Braga	Ourivesaria	1926
	Macedo & Companhia	Rua Andrade Corvo, n.º 16-34 4700-204 Braga	Materiais Construção	1948
	Companhia Hortícola do Minho	Rua de S. Geraldo, 25 4700-041 Braga	Florista	1924
	Casa Silva	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 60-62 4700-031 Braga	Solas e Cabedais	1919

Fátima Pereira

De: Fátima Pereira
Enviado: quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018 15:18
Para: presidente@juntasvictor.pt
Cc: Miguel Melo Bandeira
Assunto: Lojas com História - S.Victor

Exmo. Presidente da Junta de Freguesia de S. Victor,

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das atividades do Pelouro do Património, através do Programa “Lojas com História” reconhece a importância do comércio como um dos elementos distintivos e diferenciadores da cidade nas suas dimensões social, económica e cultural. Neste sentido, assume o compromisso de reconhecer, proteger e dinamizar ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos e entidades comerciais reconhecidos como de valor patrimonial e coletivo. A distinção é atribuída em função do apuramento do interesse cumulativo da atividade, com a existência e preservação de elementos patrimoniais materiais, culturais e históricos.

Para efeitos do reconhecimento em causa são ponderados, nos termos do art.º4 da Lei 42/2017, **os critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:**

- a) **A atividade;**
- b) **O património material;**
- c) **O património imaterial.**

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

- a) **A longevidade reconhecida**, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;
- b) **O significado para a história local**, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;
- c) **O seu objeto identitário**, assente na manutenção de uma **função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria**, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- d) **O facto de serem únicos no quadro das atividades prosseguidas**, em função do seu uso original, de serem os **últimos do seu ramo de negócio ou atividade**, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:

- i) Arquitetura;
- ii) Elementos decorativos e mobiliário;
- iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;

b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) A sua **existência como referência local**, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;

b) A **necessidade de salvaguarda do património imaterial**, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível;

c) A **necessidade de divulgação**, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público.

Nesse sentido, remete-se a pedido do Sr. Vereador Professor Doutor Miguel Bandeira nos termos do nº1 do art.º 6 da **Lei 42/2017** de 14 de junho, a lista das **lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local**, de acordo com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho e da discussão, da avaliação do Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga, e **pedido de parecer da Junta de Freguesia** em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou a entidade a reconhecer. A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

S. Victor	A Negrita	Av. Central, 177 4710-228 Braga	Cafés /Chás	1948
	Móveis S. Victor	Rua de São Vítor, n.º 144-146 4710-439	Mobiliário	1974

Com os melhores cumprimentos,



Arq.ª Fátima Pereira
Gabinete de Apoio à Vereação
Pelouros da Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade,
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

fatima.pereira@cm-braga.pt
T: 253 203 150
www.cm-braga.pt Ext: 1191

Fátima Pereira

De: Fátima Pereira
Enviado: quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018 15:21
Para: 'freguesia@saolazaro-braga.com.pt'
Cc: Miguel Melo Bandeira
Assunto: Lojas com História - UF S.Lázaro e S.João do Souto

Exmo. Presidente da União de Freguesias de São Lázaro e S. João do Souto,

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das atividades do Pelouro do Património, através do Programa "Lojas com História" reconhece a importância do comércio como um dos elementos distintivos e diferenciadores da cidade nas suas dimensões social, económica e cultural. Neste sentido, assume o compromisso de reconhecer, proteger e dinamizar ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos e entidades comerciais reconhecidos como de valor patrimonial e coletivo. A distinção é atribuída em função do apuramento do interesse cumulativo da atividade, com a existência e preservação de elementos patrimoniais materiais, culturais e históricos.

Para efeitos do reconhecimento em causa são ponderados, nos termos do art.º4 da Lei 42/2017, **os critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:**

- a) A atividade;
- b) O património material;
- c) O património imaterial.

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

- a) A **longevidade reconhecida**, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;
- b) O **significado para a história local**, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;
- c) O seu objeto identitário, assente na manutenção de uma **função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria**, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- d) O facto de serem **únicos no quadro das atividades prosseguidas**, em função do seu uso original, de serem os **últimos do seu ramo de negócio ou atividade**, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:

i) Arquitetura;

ii) Elementos decorativos e mobiliário;

iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;

b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) A sua existência como referência local, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para

a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;

b) A necessidade de salvaguarda do património imaterial, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível;

c) A necessidade de divulgação, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público.

Nesse sentido, remete-se a pedido do Sr. Vereador Professor Doutor Miguel Bandeira nos termos do nº1 do art.º 6 da **Lei 42/2017** de 14 de junho, a lista das **lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local**, de acordo com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho e da discussão, da avaliação do Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga, e **pedido de parecer da Junta de Freguesia** em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou a entidade a reconhecer. A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

Freguesia	Designação	Morada	Atividade	Ano Abertura
União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto	Frigideiras do Cantinho	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	Confeitaria Santo António LUXA	Pç. Conde de Agrolongo, 85 4700-312 BRAGA	Pastelaria	1828
	Ourivesaria Confiança	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalharia Relojoaria	1840
	Café Vianna	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858

Ótica Cerqueira Gomes	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
Mercado S. João	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
A Brasileira	Lg. Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
Barbearia Vasconcelos	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
Correaria Moderna	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correio	1914
Torrefação Bracarense	Rua do Castelo, 13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930
Chapelaria Machado	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
Casa das Velas	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
Casa das Flores	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
Pastelaria Cabanelas	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875
Ourivesaria Santos	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904
Lusitana	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
Barbearia Albino da Costa Pereira	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950
Ferreira Capa	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
Sapataria Amorim	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915
Casa Pimenta	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957
Flor do Vouga	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943
Paramentaria Vasconcelos	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Art. Religiosos	1840
Pereira das Violas	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
Queijaria Central	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
Farmácia Lima	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Electrodomésticos	1975
A Colonial	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
Casa Faria	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
Farmácia Brito	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 – Braga	Farmácia	1933

	Pires Joalheiro	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927
--	-----------------	--	-------------	------

Com os melhores cumprimentos,



Arq.ª Fátima Pereira
Gabinete de Apoio à Vereação
Pelouros da Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade,
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

fatima.pereira@cm-braga.pt

T: 253 203 150

www.cm-braga.pt Ext: 1191

Fátima Pereira

De: Fátima Pereira
Enviado: quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018 15:24
Para: 'pedroso.luis@gmail.com'
Cc: Miguel Melo Bandeira
Assunto: Lojas com História - Sé e Cidade

Exmo. Presidente da União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade,

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das atividades do Pelouro do Património, através do Programa “Lojas com História” reconhece a importância do comércio como um dos elementos distintivos e diferenciadores da cidade nas suas dimensões social, económica e cultural. Neste sentido, assume o compromisso de reconhecer, proteger e dinamizar ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos e entidades comerciais reconhecidos como de valor patrimonial e coletivo. A distinção é atribuída em função do apuramento do interesse cumulativo da atividade, com a existência e preservação de elementos patrimoniais materiais, culturais e históricos.

Para efeitos do reconhecimento em causa são ponderados, nos termos do art.º4 da Lei 42/2017, **os critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:**

- a) A atividade;
- b) O património material;
- c) O património imaterial.

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

- a) A **longevidade reconhecida**, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;
- b) O **significado para a história local**, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;
- c) O seu objeto identitário, assente na manutenção de uma **função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria**, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- d) O facto de serem **únicos no quadro das atividades prosseguidas**, em função do seu uso original, de serem os **últimos do seu ramo de negócio ou atividade**, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:

- i) Arquitetura;
- ii) Elementos decorativos e mobiliário;
- iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;

b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) A sua **existência como referência local**, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;

b) A **necessidade de salvaguarda do património imaterial**, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível;

c) A **necessidade de divulgação**, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público.

Nesse sentido, remete-se a pedido do Sr. Vereador Professor Doutor Miguel Bandeira nos termos do nº1 do art.º 6 da **Lei 42/2017** de 14 de junho, a lista das **lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local**, de acordo com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho e da discussão, da avaliação do Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga, e **pedido de parecer da Junta de Freguesia** em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou a entidade a reconhecer. A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

Sé Cidade	Relojoaria Maurício Queiroz	Rua Frei Caetano Brandão, 4 4700-031 BRAGA	Relojoeiro	1903
	Casa das Sementes	Rua Frei Caetano Brandão, 29/31 4700-031 Braga	Sementes Plantas	1919
	Restaurante Cruz Sobral	Campo das Hortas, 8 4700-210 Braga	Restaurante	1926
	Restaurante Inácio	Campo das Hortas, 4 4700-210 Braga	Restaurante	1931
	Restaurante Bem-me-quer	Campo das Hortas, 5-6	Restaurante	1953
	Pharmacia Sousa Gomes	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 22-40 4700-031 Braga	Farmácia	1905

	Relojoaria/Ourivesaria Oliveira	Rua D. Diogo de Sousa, 13-15 4700-422 Braga	Ourivesaria	1926
	Macedo & Companhia	Rua Andrade Corvo, n.º 16-34 4700-204 Braga	Materiais Construção	1948
	Companhia Hortícola do Minho	Rua de S. Geraldo, 25 4700-041 Braga	Florista	1924
	Casa Silva	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 60-62 4700-031 Braga	Solas e Cabedais	1919

Com os melhores cumprimentos,



Arq.ª Fátima Pereira
Gabinete de Apoio à Vereação
Pelouros da Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade,
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

fatima.pereira@cm-braga.pt
T: 253 203 150
www.cm-braga.pt Ext: 1191

Fátima Pereira

De: Fátima Pereira
Enviado: quarta-feira, 14 de fevereiro de 2018 15:22
Para: 'presidente@jf-svicente.com'
Cc: Miguel Melo Bandeira
Assunto: Lojas com História - S.Vicente

Exmo. Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente,

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das atividades do Pelouro do Património, através do Programa “Lojas com História” reconhece a importância do comércio como um dos elementos distintivos e diferenciadores da cidade nas suas dimensões social, económica e cultural. Neste sentido, assume o compromisso de reconhecer, proteger e dinamizar ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos e entidades comerciais reconhecidos como de valor patrimonial e coletivo. A distinção é atribuída em função do apuramento do interesse cumulativo da atividade, com a existência e preservação de elementos patrimoniais materiais, culturais e históricos.

Para efeitos do reconhecimento em causa são ponderados, nos termos do art.º4 da Lei 42/2017, **os critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:**

- a) **A atividade;**
- b) **O património material;**
- c) **O património imaterial.**

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

- a) **A longevidade reconhecida**, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;
- b) **O significado para a história local**, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;
- c) **O seu objeto identitário**, assente na manutenção de uma **função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria**, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- d) **O facto de serem únicos no quadro das atividades prosseguidas**, em função do seu uso original, de serem os **últimos do seu ramo de negócio ou atividade**, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) O património artístico, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:

- i) Arquitetura;
- ii) Elementos decorativos e mobiliário;
- iii) Elementos artísticos, designadamente obras de arte;

b) O acervo, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

a) A sua **existência como referência local**, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;

b) A **necessidade de salvaguarda do património imaterial**, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível;

c) A **necessidade de divulgação**, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público.

Nesse sentido, remete-se a pedido do Sr. Vereador Professor Doutor Miguel Bandeira nos termos do nº1 do art.º 6 da **Lei 42/2017** de 14 de junho, a lista das **lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local**, de acordo com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho e da discussão, da avaliação do Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga, e **pedido de parecer da Junta de Freguesia** em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou a entidade a reconhecer. A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

S. Vicente	Doçaria de S. Vicente	Rua Conselheiro Januário, 151 4700-373 Braga	Pastelaria	1829
	Tasquinha Dom Ferreira	Rua São Vicente, nº33/35 Braga	Restaurante	1951
	Restaurante Minisport	Rua do Carvalhal, nº38 R/C 4700-310 Braga	Restaurante	1966
	Funerária de S. Vicente	Rua de São Vicente, nº26/30 Braga	Funerária	1863

Com os melhores cumprimentos,



Arq.ª Fátima Pereira

Gabinete de Apoio à Vereação
Pelouros da Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade,
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

fatima.pereira@cm-braga.pt

T: 253 203 150

www.cm-braga.pt Ext: 1191



JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR

Município de Braga

EX.MO SENHOR PRESIDENTE
DR. RICARDO RIO
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA
PRAÇA CONDE AGROLONGO
4700-312 BRAGA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
067/2018/RS

Data
17/02/2018

Assunto: Lojas com História
- Parecer Junta Freguesia S. Victor -

Os mais respeitosos cumprimentos.

A Freguesia de S. Victor é um território cuja origem se perde no tempo, confundindo-se com a fundação da antiga cidade romana.

Sendo sempre considerada arrabalde da Cidade de Braga, com o dealbar da industrialização, esta zona ficou marcada pelo surgimento de unidades fabris ligadas à indústria dos chapéus e do sabão.

A freguesia de S. Victor passa a ter um contexto importante na economia local e passa a constituir-se um território atrativo para sedear residências e novos negócios.

Foi neste contexto de expansão e posterior consolidação industrial e residencial que apareceram e radicaram na área administrativa da Freguesia de S. Victor algumas unidades comerciais que ainda hoje subsistem, tendo-se configurado como uma imagem de marca e/ou cartão-de-visita da própria freguesia.

"A Negrita", loja especializada no comércio de café, continua a ser uma das mais procuradas no sector, apesar da forte concorrência de marcas multinacionais. O que a distingue é ser uma loja com origem em 1948, fundada pelo pai do atual proprietário e que mantém no atendimento personalizado ao cliente o seu modelo de negócio. As premissas de venda de importação de café cru e constituição dos lotes do café, indo ao encontro do gosto do cliente é uma imagem de qualidade, alicerçada na própria decoração da loja, ainda adornada com máquinas de moagem antigas, cada qual com a sua afinação. Esta loja tem um carácter tão único e inconfundível, que basta passar na porta do estabelecimento para se perceber o aroma autêntico que identifica "A Negrita".



JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR

Município de Braga

Para a Junta de Freguesia de S. Victor, "A Negrita" é um estabelecimento de referência e merece ser adoptada como "Loja com História", por, de facto, é uma unidade carregada de simbolismo e de estórias.

Foi por esta razão que a Junta de Freguesia de S. Victor, realizou um episódio da webserie "S. Victor de Portas Abertas", totalmente dedicado à História d'"A Negrita", que pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=CW4nJ5nYak0>, atestando a sua importância.

Fundada em 1974, também no contexto emergente de quem lutou pela liberdade e por defender os ideais de família, a loja "Móveis S. Victor" ganhou importância devido à sua localização. Situada na zona lateral da Igreja Paroquial de S. Victor, por aqui passavam muitos trabalhadores que seguiam para as unidades fabris situadas na Rua D. Pedro V, Rua do Taxa e Rua Nova de Santa Cruz, tendo-se destacado pela procura e pela qualidade no sector do mobiliário.

Ainda hoje, esta loja, mantém a sua importância no ramo do mobiliário, apesar de enfrentar forte concorrência das marcas multinacionais, devido ao seu atendimento personalizado e familiar, onde os conselhos e os materiais de qualidade são imagens de marca.

Pelo exposto, a Junta de Freguesia de S. Victor é de **parecer favorável** que estes estabelecimentos situados na Freguesia de S. Victor possam vir a ser reconhecidos pela sua longevidade, e demais características, como "Lojas com História", pugnando por manter a linha tradicional e proteger os modelos de negócios antigos e familiares que ainda subsistem na nossa área administrativa.

Assim, e alcançada a classificação, "A Negrita" e os "Móveis S. Victor" seriam um excelente exemplo de autenticidade e unicidade que subsistiram ao desenvolvimento do tempo, sem beliscar a sua qualidade.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Junta de Freguesia de S. Victor

Presidente,



Dr. Ricardo Jorge Pereira da Silva



União de Freguesias de Braga (Maximinos – Sé – Cidade)

Doc. N.º 0269/2018

DECLARAÇÃO

LUÍS FILIPE PAIVA DA MOTA PEDROSO, Presidente da Junta de Freguesia de Braga (Maximinos – Sé – Cidade), concelho de Braga, Distrito de Braga, no uso da competência que lhe confere a alínea l) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, declara, **para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local**, que os estabelecimentos abaixo indicados cumprem os requisitos exigíveis a fim de serem reconhecidos, nomeadamente, *o significado para a história local*, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local; *a longevidade reconhecida*, assente no exercício da atividade susceptível de reconhecimento há pelo menos 25 anos; *a sua existência como referência local*, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos.

Relojoaria Maurício Queiroz	Rua Frei Caetano Brandão, 4 4700-031 BRAGA	Relojociro	1903
Casa das Sementes	Rua Frei Caetano Brandão, 29-31 4700-031 Braga	Sementes Plantas	1919
Restaurante Cruz Sobral	Campo das Hortas, 8 4700-210 Braga	Restaurante	1926
Restaurante Inácio	Campo das Hortas, 4 4700-210 Braga	Restaurante	1931
Restaurante Bem-me-quer	Campo das Hortas, 5-6	Restaurante	1953
Pharmacia Sousa Gomes	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 22-40 4700-031 Braga	Farmácia	1905
Relojoaria/Ourivesaria Oliveira	Rua D. Diogo de Sousa, 13-15 4700-422 Braga	Ourivesaria	1926
Macedo & Companhia	Rua Andrade Corvo, n.º 16-34 4700-204 Braga	Materiais Construção	1948
Companhia Hortícola do Minho	Rua de S. Gerardo, 25 4700-041 Braga	Florista	1924



União de Freguesias de Braga (Maximinos – Sé – Cividade)

Casa Silva	Rua D. Frei Caetano Brandão, n.º 60-62 4700-031 Braga	Solas e Cabedais	1919
------------	---	------------------	------

Por me ter sido pedido, passo o presente atestado, que assino e vai autenticado com o selo em uso nesta Junta.

União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), 15 de fevereiro de 2018.



O Presidente da Junta,

Luís Filipe Paiva da Mota Pedrosa

Fátima Pereira

De: Presidente da Junta de S. José de S. Lázaro <freguesia@saolazaro-braga.com.pt>
Enviado: quinta-feira, 15 de fevereiro de 2018 11:46
Para: Fátima Pereira
Assunto: RE: Lojas com História - UF S.Lázaro e S.João do Souto

Bom dia, Arq.^a Fátima Pereira;

De acordo com o solicitado, venho informar que esta União de Freguesias, face aos **critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local** fixados na Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, dá parecer favorável à inclusão dos seguintes estabelecimentos e/ou entidades de interesse histórico e cultural ou social local, situados na sua área territorial:

Freguesia	Designação	Morada	Atividade	Ano Abertura
União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto	Frigideiras do Cantinho	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	Confeitaria Santo António LUXA	Pç. Conde de Agrolongo, 85 4700-312 BRAGA	Pastelaria	1828
	Ourivesaria Confiança	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalharia Relojoaria	1840
	Café Vianna	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858
	Ótica Cerqueira Gomes	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
	Mercado S. João	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
	A Brasileira	Lg. Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
	Barbearia Vasconcelos	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
	Correaria Moderna	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correio	1914
	Torrefação Bracarense	Rua do Castelo, 13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930
	Chapelaria Machado	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
	Casa das Velas	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
	Casa das Flores	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
	Pastelaria Cabanelas	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875
	Ourivesaria Santos	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904
	Lusitana	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
	Barbearia Albino da Costa Pereira	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950

Ferreira Capa	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
Sapataria Amorim	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915
Casa Pimenta	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957
Flor do Vouga	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943
Paramentaria Vasconcelos	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Art.Religiosos	1840
Pereira das Violas	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
Queijaria Central	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
Farmácia Lima	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Electrodomésticos	1975
A Colonial	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
Casa Faria	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
Farmácia Brito	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 - Braga	Farmácia	1933
Pires Joalheiro	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927

Mais informo que esta União de Freguesias se congratula com a existência, no seu território, de um tão grande número e excelente qualidade/atividade de estabelecimentos, muitos deles centenários, a que muito orgulhosamente podemos apelidar de "Lojas com História".
Com os melhores cumprimentos.

J. Costa Pires, Presidente da União das Freguesias



**UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA
(SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO e SÃO JOÃO DO SOUTO)**

Avª. da Liberdade, 490
4710-249 Braga

De: Fátima Pereira [mailto:fatima.pereira@cm-braga.pt]
Enviada: 14 de fevereiro de 2018 15:21
Para: freguesia@saolazaro-braga.com.pt
Cc: Miguel Melo Bandeira
Assunto: Lojas com História - UF S.Lázaro e S.João do Souto

Exmo. Presidente da União de Freguesias de São Lázaro e S. João do Souto,

A Câmara Municipal de Braga, no âmbito das atividades do Pelouro do Património, através do Programa “Lojas com História” reconhece a importância do comércio como um dos elementos distintivos e diferenciadores da cidade nas suas dimensões social, económica e cultural. Neste sentido, assume o compromisso de reconhecer, proteger e dinamizar ações tendentes a apoiar a preservação de estabelecimentos e entidades comerciais reconhecidos como de valor patrimonial e coletivo. A distinção é atribuída em função do apuramento do interesse cumulativo da atividade, com a existência e preservação de elementos patrimoniais materiais, culturais e históricos.

Para efeitos do reconhecimento em causa são ponderados, nos termos do art.º4 da Lei 42/2017, **os critérios gerais de reconhecimento de estabelecimento ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local:**

- a) **A atividade;**
- b) **O património material;**
- c) **O património imaterial.**

Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior são ponderados os seguintes elementos:

- a) **A longevidade reconhecida**, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos;
- b) **O significado para a história local**, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local;
- c) **O seu objeto identitário**, assente na manutenção de uma **função histórica, cultural ou social que, pela sua unicidade, diferenciação e qualidade, apresentem uma identidade própria**, designadamente através da promoção continuada de atividades culturais, recreativas e desportivas;
- d) **O facto de serem únicos no quadro das atividades prosseguidas**, em função do seu uso original, de serem os **últimos do seu ramo de negócio ou atividade**, de terem introduzido novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público ou da comunidade, ou de manterem oficinas de manufatura dos seus produtos.

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

- a) **O património artístico**, evidenciado na presença de património material íntegro ou de elementos patrimoniais originais e de interesse singular, designadamente:
 - i) **Arquitetura;**
 - ii) **Elementos decorativos e mobiliário;**
 - iii) **Elementos artísticos**, designadamente obras de arte;
- b) **O acervo**, decorrente da posse de bens materiais e documentos considerados essenciais para a atividade da entidade e que integrem o seu espólio.

Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 são ponderados os seguintes elementos:

- a) A sua **existência como referência local**, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos, ou ao terem sido e continuarem a ser, de forma relevante para a história local ou nacional, palco de acontecimentos ou local de reunião de grupos de cidadãos;
- b) A **necessidade de salvaguarda do património imaterial, garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais e documentais que o registem, e respetivo património intangível**;
- c) A **necessidade de divulgação, garantindo o conhecimento do património imaterial pelos residentes e visitantes do tecido edificado em que se inserem, como forma da sua valorização e fruição junto do público**.

Nesse sentido, remete-se a pedido do Sr. Vereador Professor Doutor Miguel Bandeira nos termos do nº1 do art.º 6 da **Lei 42/2017** de 14 de junho, a lista das **lojas para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local**, de acordo com a proposta apresentada pelo grupo de trabalho e da discussão, da avaliação do Conselho Estratégico para a Regeneração Patrimonial e Urbana de Braga, e **pedido de parecer da Junta de Freguesia** em cuja circunscrição se localize o estabelecimento ou a entidade a reconhecer. A decisão de reconhecimento é precedida de período de consulta pública pelo período de 20 dias.

Freguesia	Designação	Morada	Atividade	Ano Abertura
União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto	Frigideiras do Cantinho	Largo São João Souto 1 4700-326 BRAGA	Pastelaria Cafetaria	1796
	Confeitaria Santo António LUXA	Pç. Conde de Agrolongo, 85 4700-312 BRAGA	Pastelaria	1828
	Ourivesaria Confiança	Rua do Souto, 1 4700-329 Braga	Joalharia Relojoaria	1840
	Café Vianna	Praça da Republica, 4710-305 Braga	Bar/Café	1858
	Ótica Cerqueira Gomes	Rua de S. Marcos, 11 4700-306 Braga	Ótica	1890
	Mercado S. João	Rua de S. João nº 5 a 9 4700-325 Braga	Mercearia	1894
	A Brasileira	Lg. Barão de S. Martinho, 17 4700-306 Braga	Café	1907
	Barbearia Vasconcelos	Rua de S. Marcos, 19/21 4700-306 Braga	Barbearia	1909
	Correaria Moderna	Rua dos Chãos, 133 4710-230 Braga	Correeiro	1914
	Torrefação Bracarense	Rua do Castelo,13 4700-311 Braga	Café / Vinhos Charcutaria	1930

Chapelaria Machado	R. do Souto 139 4700-239 Braga	Chapelaria Sapataria	1932
Casa das Velas	Rua Dr. Justino Cruz, 105 4700 – 314 Braga	Velas Tapetes	1943
Casa das Flores	Rua Eça Queirós, n.º 66 4700-315 Braga	Hortícolas	1952
Pastelaria Cabanelas	Rua Chãos, 78 4710-230 BRAGA	Pastelaria	1875
Ourivesaria Santos	Largo Barão de S Martinho 27 4700-306 Braga	Ourivesaria	1904
Lusitana	Rua Justino Cruz, n.º 127 4700-313 Braga	Pastelaria	1955
Barbearia Albino da Costa Pereira	Rua dos Chãos, n.º 107 4700-387 Braga	Barbearia	1950
Ferreira Capa	Rua dos Capelista, n.º 45 4700-312 Braga	Pastelaria	1915
Sapataria Amorim	Rua do Souto, n.º 148 4700-329 Braga	Sapataria	1915
Casa Pimenta	Praça Conde Agrolongo, 46 4700-310 Braga	Restaurante	1957
Flor do Vouga	Praça Conde Agrolongo, 143 4700-312 Braga	Restaurante	1943
Paramentaria Vasconcelos	Rua do Anjo, 55 4700-305 Braga	Paramentaria Art. Religiosos	1840
Pereira das Violas	Av. Central, 56 4710-229 BRAGA	Retrosaria	1918
Queijaria Central	Av. Central, 38 4710-229 Braga	Pastelaria	1952
Farmácia Lima	Rua de Chãos, nº166/176 Braga	Farmácia	1930
Braga Oliva-Confort Eletrodomésticos	Rua dos Chãos, 86 4710-230 Braga	Electrodomésticos	1975
A Colonial	Praça Conde Agrolongo, 147 4700-312 Braga	Mercearia	1939
Casa Faria	Rua dos Chãos 4710-230 Braga	Retrosaria	1965
Farmácia Brito	Avenida da Liberdade, 777 4710-251 - Braga	Farmácia	1933
Pires Joalheiro	Rua do Souto, n.º 48 4700-329 Braga	Ourivesaria	1927

Com os melhores cumprimentos,



Arq.ª Fátima Pereira
Gabinete de Apoio à Vereação
Pelouros da Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade,
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

fatima.pereira@cm-braga.pt
T: 253 203 150
www.cm-braga.pt Ext: 1191



MUNICÍPIO DE BRAGA

FREGUESIA S VICENTE

Gabinete do Presidente

DECLARAÇÃO

Manuel Jorge Costa Pires na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S Vicente.

competência que lhe confere a alínea D) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, declara, para efeitos de reconhecimento como estabelecimento e/ou entidade de interesse histórico e cultural ou social local, que os estabelecimentos abaixo indicados cumprem os requisitos exigíveis a fim de serem reconhecidos, nomeadamente, *o significado para a história local*, assente na sua contribuição para o enriquecimento do tecido social, económico e cultural locais, em termos que constituam um testemunho material da história local; *a longevidade reconhecida*, assente no exercício da atividade suscetível de reconhecimento há pelo menos 25 anos; a sua *existência como referência local*, decorrente da presença continuada como referência viva na cultura local e nos hábitos e rituais do público, contribuindo assim para a identidade urbana ao constituírem uma referência geográfica ou de orientação e memória dos cidadãos.

Doçaria de S. Vicente	Rua Conselheiro Januário, 151 4700-373 Braga	Pastelaria	1829
Tasquinha Dom Ferreira	Rua São Vicente, nº33/35 Braga	Restaurante	1951
Restaurante Minisport	Rua do Carvalhal, nº38 R/C 4700-310 Braga	Restaurante	1966
Funerária de S. Vicente	Rua de São Vicente, nº26/30 Braga	Funerária	1863

Por me ter sido pedido passei a presente declaração que assino.

Rua do Fecisco – 4710-382 BRAGA

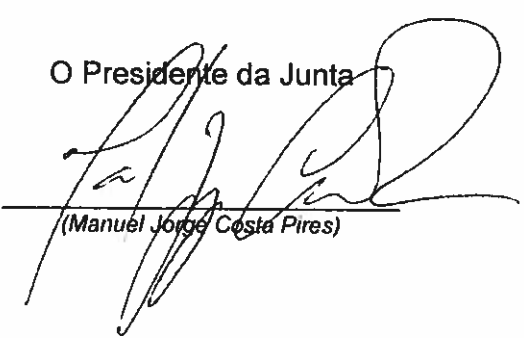
Email: presidente@jf-svicente.com



Freguesia de S Vicente

Braga, 2018/02/18

O Presidente da Junta



(Manuel Jorge Costa Pires)